

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**

**TAIZA DA HORA FONSECA**

**UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A SUBALTERNIDADE DA MULHER  
EM *O CONTO DA AIA* (2017), DE MARGARET ATWOOD, E A REALIDADE  
DA MULHER BRASILEIRA NO SÉCULO XXI**

**Bagé  
2020**

**TAIZA DA HORA FONSECA**

**UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A SUBALTERNIDADE DA MULHER  
EM *O CONTO DA AIA* (2017), DE MARGARET ATWOOD, E A REALIDADE  
DA MULHER BRASILEIRA NO SÉCULO XXI**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de  
Licenciatura em Letras - Português e  
Literaturas de Língua Portuguesa da  
Universidade Federal do Pampa,  
como requisito parcial para obtenção  
do Título de Licenciada em Letras.

Orientador: Profa. Dra. Miriam  
Denise Kelm

**Bagé  
2020**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos  
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do  
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).

F135a Fonseca, Taiza da Hora

Uma análise comparativa entre a subalternidade da  
mulher em O conto da aia (2017), de Margaret Atwood, e  
a realidade da mulher brasileira no século XXI / Taiza  
da Hora Fonseca.

56 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Pampa, LETRAS - PORTUGUÊS E  
LITERATURAS DE LÍNGUA PORTUGUESA, 2020.

"Orientação: Miriam Denise Kelm".

1. Literatura Comparada. 2. Subalternidade da  
Mulher. 3. Distopia. 4. Conservadorismo. 5.  
Patriarcado. I. Título.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
Universidade Federal do Pampa

**TAÍZA DA HORA FONSECA**

**UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A SUBALTERNIDADE DA MULHER EM O CONTO DA AIA (2017), DE MARGARET ATWOOD, E A REALIDADE DA MULHER BRASILEIRA NO SÉCULO XXI**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de (Nome do Curso) da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciada em Letras - Português e Literaturas de Língua Portuguesa.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 07 de dezembro de 2020.

Banca examinadora:

---

Profa Dra. Miriam Denise Kelm  
Orientadora  
(UNIPAMPA)

---

Profa. Dra. Lúcia Maria Britto Corrêa  
(UNIPAMPA)

---

Profa. Dra. Kátia Vieira Morais  
(UNIPAMPA)

---



Assinado eletronicamente por **MIRIAM DENISE KELM, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 09/06/2022, às 14:54, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.

---



Assinado eletronicamente por **LUCIA MARIA BRITTO CORREA, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 10/06/2022, às 11:54, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.

---



Assinado eletronicamente por **KATIA VIEIRA MORAIS, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 14/06/2022, às 15:00, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0834778** e o código CRC **3F8BCDF2**.

---

Referência: Processo nº 23100.018538/2020-08 SEI nº 0834778

*Para Marli e Denise*

## **AGRADECIMENTOS**

As minhas duas mães, Marli e Denise, por estarem sempre ao meu lado me incentivando e me dando força nos momentos mais difíceis. Por desde muito cedo me mostrarem que não posso limitar meus sonhos e também a ser uma mulher forte e resiliente para lidar com qualquer obstáculo. Hoje escrevo sobre mulheres por ter crescido observando e participando da luta delas.

A profa. dra. Miriam Kelm por ser uma grande inspiração, por sua bondade, carinho e por todo suporte durante essa caminhada. Sua presença doce me trouxe a calma necessária para enfrentar qualquer dificuldade. Sem dúvidas levarei seus ensinamentos para vida e para minha atuação enquanto professora. Muito obrigada!

Ao meu companheiro Matheus A., por sempre estar ao meu lado, dividindo alegrias, tristezas e muito amor, por ter preenchido minha vida de música e arte.

Aos meus amigos Matheus S. e Diênifer. Ao Matheus que esteve ao meu lado na vida e durante toda graduação, por tantas reflexões e questionamentos sobre Educação, Políticas Públicas e Análise do Discurso. Sem dúvidas sua participação nessa jornada me impulsionou para vãos mais altos, por todo carinho e conselhos, sou eternamente grata. A Diênifer, pelas longas conversas sobre História, Política e Feminismo, por partilhar comigo grandes sonhos, por tantas alegrias que dividimos nos últimos sete anos.

A todas(os) professoras e professores de Letras, que acreditam em uma educação transformadora, por serem empáticos, transmitindo conhecimentos essenciais não só para formação docente mas também para constituir seres humanos melhores. Em especial à Carolina Fernandes, Clara Dornelles, Lúcia Corrêa, Zila Letícia Rego e Vera Medeiros.

Por último, a CAPES e FNDE, que possibilitaram minha permanência na Universidade e que, além disso, permitiram que minha formação fosse ainda mais enriquecedora, podendo eu desenvolver trabalhos na área de Ensino, Pesquisa e Extensão.

*“Estou sentindo uma clareza tão grande que me anula como pessoa atual e comum: é uma lucidez vazia, como explicar?... que faço dessa lucidez? Pois sei que - em termos de nossa diária e permanente acomodação resignada à irrealidade - essa clareza de realidade é um risco.*

*Clarice Lispector*



## RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem por objetivo compreender e analisar a representação da subalternidade do sexo feminino na obra *O conto da aia* (2017), de Margaret Atwood, e colocá-la em comparação com a realidade vivida pelas mulheres no contexto brasileiro atual. O romance em questão tem como aspecto central *a mulher enquanto sujeito dominado* e, apesar de ser uma obra considerada a antítese da utopia e ficcional, os aspectos de opressão sofridos pelas mulheres na obra literária se assemelham com a construção de opressões oriundas da desigualdade de gênero na sociedade brasileira. Para isto, o método utilizado para o desenvolvimento desta pesquisa é o bibliográfico, que tem por finalidade fazer o levantamento de parte dos dados e informações já escritos na literatura, na teoria e análise documental a respeito da temática escolhida para que fosse possível analisar e desenvolver o estudo proposto. Para obter os resultados necessários foi preciso entender o objeto de estudo, deste modo, foi imprescindível o contato com os materiais que se relacionam nesta pesquisa, bem como as *teorias pós-coloniais, feministas, literárias e históricas*. Portanto, para desenvolver tal análise foi importante olhar para três conceitos especificamente: O conceito de Distopia (BERRIEL, 2005; BOOKER, 1994), o conceito de Literatura Comparada (CANDIDO, 1998; TIEGHEM, 1959), e a concepção da A mulher enquanto sujeito subalterno (BORDIEU, 2012; BUTLER, 1990; MILLET, 1969; SPIVAK, 2010; entre outros). A partir disso, foi utilizado um contraponto aproximativo entre a obra literária e o contexto sócio-histórico brasileiro no que diz respeito às construções das relações de gênero desde o período colonial até a atualidade. Sob essa ótica, foi possível compreender que o papel da Literatura nos apresenta um universo de possibilidades e que através dela podemos encontrar sentidos que constroem novos olhares para nossa própria realidade, possibilitando, dessa forma, reflexões críticas sobre a sociedade e sobre a história do mundo como conhecemos e que, apesar de a distopia de Margaret Atwood apresentar uma narrativa extremada de uma sociedade vivendo sob a sombra conservadora autoritária, podemos encontrar nela diversos elementos que possibilitam a reflexão sobre nossa própria experiência enquanto mulheres dentro do território brasileiro.

Palavras-Chave: Literatura Comparada. Subalternidade da Mulher. Distopia.  
Conservadorismo. Patriarcado.

## **ABSTRACT**

This research aims at understanding and analyzing the representation of female subordination in *The Handmaid's Tale* (2017) by Margaret Atwood, as well as placing it in comparison with the reality experienced by women in the current Brazilian context. The novel in question places as main issue the woman as a dominated subject, and although this is a title considered as the antithesis of utopia and fiction, the aspects of oppression endured by women in the literary work resembles the construction of oppression from gender inequality in Brazilian society. Therefore, the method used to the development of this research was bibliographic, which has the goal of surveying part of the data and information already established in literature, theory and documentary analysis regarding the chosen topic so it would be possible to analyse and develop the theme proposed. In order to obtain the necessary results it was important to understand the goal of this study, and thereby, the contact with the materials that go along with the research was vital, as well as with postcolonial, feminists, literary and historical theories. That being said, to develop such analysis it was important to look specifically at three concepts: the concept of Dystopia (BERRIEL, 2005; BOOKER, 1994), the concept of Comparative Literature (CANDIDO, 1998; TIEGHEM, 1959), and the conceptualization of "The woman as a subordinated subject" (BORDIEU, 2012; BUTLER, 1990; MILLET, 1969; SPIVAK, 2010; amongst others). Therefore, an approximative counterpoint was made between the literary work and the social-historical Brazilian context regarding gender relations from the colonial period until the present days. From this point of view, it was possible to comprehend that the Literature role presents an universe of possibilities and that through it we can find meaning that brings new perspectives to our own reality, that way enabling critical thinking about society and the world's history as we know it. And even though Margaret Atwood's dystopia presents an extreme narrative from a society living under a conservative and authoritarian shadow, in it we can find distinct elements that allow reflection about our own experience as women within the Brazilian territory.

Keywords: Comparative Literature. Women's Subordination. Dystopia. Conservatism. Patriarchy.

## SUMÁRIO

### PRIMEIRA PARTE

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	CONCEITOS E REVISÃO DA LITERATURA.....	15
2.1	O conceito de Distopia.....	15
2.2	O conceito de Literatura Comparada.....	17
2.3	A mulher enquanto sujeito subalterno.....	19

### SEGUNDA PARTE

1	SOBRE A OBRA: <i>O CONTO DA AIA</i> , DE MARGARET ATWOOD...	21
2	A REPRESENTAÇÃO DA SUBALTERNIDADE DA MULHER NA OBRA LITERÁRIA.....	22
2.1	A construção da subalternidade da mulher no Brasil.....	25
3	A MULHER ENQUANTO PROPRIEDADE NA OBRA LITERÁRIA.....	30
3.1	A mulher enquanto propriedade no Brasil.....	36
4	A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER REPRESENTADA NA OBRA LITERÁRIA.....	41
4.1	A violência contra a mulher no Brasil.....	45
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>52</b>

## PRIMEIRA PARTE

### 1 INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem por objetivo compreender e analisar a representação da subalternidade do sexo feminino na obra *O conto da aia* (2017), de Margaret Atwood, e colocá-la em comparação com a realidade vivida pelas mulheres no contexto brasileiro atual.

O romance em questão tem como aspecto central *a mulher enquanto sujeito dominado* e, apesar de ser uma obra considerada a antítese da utopia e ficcional, os aspectos de opressão sofridos pelas mulheres na obra literária se assemelham com a construção de opressões oriundas da desigualdade de gênero na sociedade brasileira.

Dessa forma, o meu interesse por tal pesquisa originou-se após os questionamentos e inquietações que foram emergindo depois da leitura da obra literária em questão.

No ano de 2015, no segundo semestre do Curso de Letras da Universidade Federal do Pampa, atuei como Bolsista de Iniciação à Docência, meus interesses na área foram crescendo gradativamente e pude observar a importância de levar para a sala de aula discussões que envolvessem questões transversais como as de gênero, sexualidade e raça. No mesmo ano uma votação importante estava acontecendo, os *Planos Municipais de Educação - PME* estavam passando por uma revisão para atualização que ficaria vigente do ano de 2015 até 2025. A mobilização nacional de estudantes e professores para essa votação nas Câmaras Municipais do país era a de criar uma meta que incorporaria o projeto, que definiria estratégias e diretrizes para que as discussões a respeito de gênero, sexualidade e raça fossem inseridas no espaço escolar. Em Bagé não foi diferente, participei de uma sessão de 14 horas e pude presenciar algo que me chocou: diversos religiosos de igrejas pentecostais e evangélicas lotaram o recinto, a convite do presidente da Câmara da época, com um único objetivo: tencionar os vereadores para barrar

a meta proposta pelos professores e alunos e assim ocorreu. Pela primeira vez havia presenciado de forma tão direta como a religião pode influenciar em políticas que deveriam ser essencialmente laicas.

Uma das primeiras inquietações após a leitura do *O conto da aia* surgiu ao perceber que apesar de ser uma obra escrita na década de 80, muitas das histórias narradas na obra literária se assemelhavam com a realidade da mulher no contexto brasileiro, no que se refere à construção ideológica de gênero e principalmente relativo à dominação masculina dentro de um sistema criado para que as mulheres sejam sujeitos subalternos.

Sendo assim, ao conferir a linha tênue existente entre a ficção de Margaret Atwood e com aspectos da realidade das mulheres no Brasil, surge em mim a necessidade de olhar para esse aspecto em específico com mais atenção, visto que eu, enquanto mulher, me identifico e me sensibilizo intimamente com esta questão.

Nos últimos anos o Brasil vem enfrentando uma discussão forte a respeito do papel da mulher dentro da sociedade. Desde a última eleição no ano de 2018 que culminou na ascensão do político Jair Messias Bolsonaro ao poder, valores religiosos e conservadores tornaram-se, mais uma vez, um modelo cultural dominante que em seus pressupostos colocam a mulher como sujeito dominado, a qual, dentro dessas concepções, seria a mulher casta, que difunde os ideais religiosos, mãe e esposa obediente, que deve seguir uma etiqueta comportamental, que também legisla sobre seu corpo e sua sexualidade. Dessa forma, ao observar as semelhanças entre a ficção e a não-ficção, percebe-se que é possível discorrer sobre o tema e tentar esclarecer quais são os fatores sociais que favorecem este sistema de opressões e o porquê de eles existirem.

Portanto, o método utilizado para o desenvolvimento desta pesquisa é o bibliográfico, que tem por finalidade fazer o levantamento de parte dos dados e informações já escritos na literatura, na teoria e análise documental a respeito da temática escolhida para que seja possível analisar e desenvolver o estudo proposto.

Para obter os resultados necessários é preciso entender o objeto de estudo, deste modo, faz-se necessário o contato com os materiais que se relacionam neste projeto, bem como as *teorias pós-coloniais, feministas, literárias e históricas*.

Isto posto, este trabalho foi dividido em duas seções: na primeira, a “Introdução”, onde apresento meus objetivos para o desenvolvimento da pesquisa, a justificativa e a metodologia que foi empregada durante este processo; em “Conceitos e Revisão da Literatura”, trago as teorias norteadoras para o desenvolvimento desta análise, bem como os conceitos de *Distopia, Literatura Comparada e Mulher enquanto sujeito subalterno*; já na segunda seção apresento o “Corpus de análise” onde exponho o estudo sobre a obra em um contraponto aproximativo com as experiências vividas pelas mulheres brasileiras. Dessa maneira, trago o capítulo *A representação da subalternidade da mulher na obra literária*, e em sua sequência *A construção da subalternidade da mulher no Brasil*; por conseguinte *A mulher enquanto propriedade na obra literária em comparação à A mulher enquanto propriedade no Brasil*; e *A violência contra a mulher representada na obra literária e A violência contra a mulher no Brasil*; por fim, trago as “Considerações finais” onde exponho as possíveis respostas para as questões levantadas durante este trabalho e, por último, apresento as referências.

## 2 CONCEITOS E REVISÃO DA LITERATURA

### 2.1 O conceito de Distopia

A literatura distópica passa a ser reconhecida como tal no início do século XX. Desde então, as produções dentro do gênero começam a crescer bem como a procura pela mesma. Existem diversas obras que são consideradas clássicos da literatura dentro do gênero, como *Admirável mundo novo*, de Aldous Huxley (1931), *1984*, de George Orwell (1949) e *Fahrenheit 451*, de Ray Bradbury (1953) e é dentro destas concepções desse gênero que *O conto da aia*, de Margaret Atwood (1980) se encontra.

Sendo assim, Carlos Eduardo Berriel (2005), professor da Unicamp e estudioso do tema, define a ocorrência da distopia quando “a realidade não apenas é assumida tal qual é, mas as suas práticas e tendências negativas, desenvolvidas e ampliadas, fornecem o material para a edificação da estrutura de um mundo grotesco.” (BERRIEL, 2005, p. 3)

Portanto, a distopia literária irá apresentar uma sociedade totalitária, onde parte de seus personagens vivem sob condições desumanas e vexatórias. Enquanto a utopia apresenta um modelo de sociedade ideal, a distopia ou antiutopia mostrará o oposto, onde os indivíduos são submetidos a condições de vida intoleráveis. Berriel, afirma que:

A distopia busca colocar-se em continuidade com o processo histórico, ampliando e formalizando as tendências negativas operantes no presente que, se não forem obstruídas, podem conduzir, quase fatalmente, às sociedades perversas (a própria distopia). (BERRIEL, 2005, p. 5)

Ao dizer isso, o autor afirma, de certa forma, que as distopias acompanham o processo de elementos já existentes na sociedade em que vivemos, mas que ao serem representados na literatura estes fatores tornam-se extremados de forma negativa, construindo um universo de perversidades e opressões que operam enquanto projetos políticos de controle de corpos e mentes. O autor Keith Booker, em trecho de sua obra *The dystopian impulse in Modern Literature: Fiction as Social Criticism*, traduzido por Taiana Azevedo, discorre sobre o tema afirmando que a literatura distópica



funciona enquanto uma crítica social a sistemas de opressão vigentes na sociedade moderna. Para o autor:

[...] Ao mesmo tempo, a literatura distópica geralmente constitui também uma crítica de condições ou de sistemas políticos existentes, seja através da análise crítica das premissas utópicas sobre a qual essas condições e sistemas são baseados ou através da extensão imaginativa dessas condições e sistemas em diferentes contextos que revelam mais claramente suas falhas e contradições. (BOOKER, 1994, p. 2)

Por conta de a literatura especulativa distópica ter esse caráter semelhante ao que países vivenciaram ou vivenciam no que diz respeito a políticas e discursos totalitários, em 2016, após as eleições presidenciais nos Estados Unidos, que culminaram na vitória de Donald Trump, as vendas dos títulos de literatura distópica aumentaram em 30%. Obras como *1984* e *A Revolução dos Bichos* ambos de George Orwell e, inclusive, *O conto da aia* de Margaret Atwood, na época tiveram suas vendas elevadas ao topo da lista dos mais vendidos na Amazon. Em matéria da Gazeta do Povo<sup>1</sup>, o jornal afirma que essa procura se deu pela preocupação dos cidadãos com relação ao apelo totalitário que a campanha de Trump alcançou nos EUA.

Alex Woloch, professor de Inglês na Universidade de Stanford, desenvolveu uma pesquisa sobre as raízes da linguagem política de Orwell, onde ele afirma que o aumento da procura por títulos de distopia literária se dá pelo fato da tentativa dos sujeitos de compreender a própria realidade que enfrentam, Woloch coloca que “[...] algumas coisas que essa administração está fazendo deixaram muita gente em estado de alerta, e as pessoas estão atrás de referências para compreender a nova realidade” (WOLOCH, 2017, p. 2)

Dessa forma, os romances distópicos futurísticos irão apresentar uma crítica a estruturas político-sociais já existentes. Em geral essa crítica parte de um acontecimento que pode ter proporcionado trauma coletivo, como guerras, pandemias ou desastres naturais, que geralmente estabelecem a narrativa de uma sociedade distópica. Essas histórias projetam sociedades que vivem sob

---

<sup>1</sup> Preocupados com o futuro, leitores recorrem à distopia de obras clássicas. GAZETA, Povo. Publicada em 2017. Acesso em 11/04/2020 <<https://www.gazetadopovo.com.br/caderno-g/literatura/preocupados-com-o-futuro-leitores-recorrem-a-distopia-de-obras-classicas-8tfugngqw1d0xvw8qsq34wuo6/>>

vigilância constante, além das relações de poder hierárquicas que são formadas por esse sistema político-social, bem como apresentam mecanismos tecnológicos e científicos, assim como a educação e a mídia como aparato de condicionamento e alienação da população. E é sob essa ótica que o romance *O conto da aia* será identificado neste trabalho.

## 2.2 O conceito de Literatura Comparada

A Literatura é parte fundamental da sociedade, o ato de ler é constituído por diversos atravessamentos de sentidos e significados. Na Literatura podemos encontrar diversas influências e referências que dizem respeito à sociedade como expressões, lugares, modas, culturas, classes e grupos sociais; é nela que podemos experimentar vivências diferentes das nossas e, portanto, ver o mundo através de outras perspectivas.

Antônio Candido no livro *O direito à Literatura* (1988), nos apresenta uma visão interessante de como podemos vê-la: o autor retrata a leitura literária enquanto um agente humanizador e que através dela podemos enxergar novas realidades, e com isso, há a possibilidade de compreender melhor o nosso próprio contexto. Segundo CANDIDO (1998), a Literatura desenvolve em nós a humanidade, pois através de novos cenários, podemos ser mais compreensivos com o mundo, e também, com o outro, além disso, o autor afirma que "a literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornece a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas." (CANDIDO, 1988, p. 175.)

Pensando nesse sentido, podemos afirmar que a Literatura nos apresenta um universo de possibilidades e que através dela podemos encontrar sentidos que constroem novos olhares para nossa própria realidade, possibilitando, dessa forma, reflexões críticas sobre a sociedade e sobre a história do mundo como conhecemos.

Uma das precursoras de tais reflexões na área da Literatura em perspectiva comparada foi Anne-Louise Germaine Necker de Staël-Holstein,

mais conhecida como Madame de Staël, importante intelectual, romancista e ensaísta francesa (1766 - 1817). A autora em seus estudos considerou a influência que os aspectos religiosos, morais e sociais tinham sob o viés da Literatura, assim como a literatura mutuamente influenciava aspectos sociais. Staël acreditava que a literatura ocupava integralmente o pensamento intelectual e cultural de uma nação e, através disso, analisou a influência da literatura na construção social de um país, na religião, nas leis e costumes, bem como a ação contrária, a influência dos aspectos sociais em tais produções literárias.

Em edição crítica da obra *De la Littérature considérée dans ses rapports avec les institutions sociales* (1800) de Mme. de Staël, o estudioso do tema Vau Tieghem reflete sobre a ideia base do livro da autora e, ao concluir tal reflexão, afirma que "a história de uma literatura não pode ser compreendida e não deve ser estudada senão ligada ao estado social e moral do povo que a criou". (TIEGHEM, 1959, p. 17)

Pensando nessa perspectiva, sem dissociar a literatura como parte fundamental de construções político-sociais, e vice-versa, é que olharemos para o livro *O conto da aia* e o colocaremos em comparação com aspectos da sociedade brasileira em relação às mulheres. A própria autora Margaret Atwood, em entrevista para *BBC*, afirmou que muitos aspectos das opressões sofridas pelas mulheres ilustradas em sua obra de ficção foram inspirados em acontecimentos reais do mundo e completou dizendo "o interessante deste livro é que, em qualquer país que você vá, encontrará mulheres que pensam que é sobre o país delas." (Entrevista concedida à *BBC*, por Ana Pais, Cartagena, 2019)

Essa afirmação partindo de Atwood coloca em evidência a influência das referências em sua obra, mostrando que o estado social de mulheres ao redor do mundo é parecido, no que diz respeito à organização social frente aos sexos, bem como a dominância de um gênero em detrimento ao outro. Nessa mesma entrevista, a autora chega a comparar o Brasil a *Gilead*, que é a denominação da cidade/estado ficcional no romance, levando em consideração a política do chefe de estado, Jair Bolsonaro, onde ela mesma afirma que faz

parte da cartilha do presidente brasileiro oprimir mulheres e grupos minoritários e que, assim como em *Gilead*, essa discriminação fica impune.

### 2.3 A mulher enquanto sujeito subalterno

As estruturas sociais são divididas de forma arbitrária, tais como, as divisões entre os sexos, que evidenciam o abismo da desigualdade social e legitimação de abusos contra o sujeito dominado. O sociólogo Pierre Bourdieu, no livro, *A dominação masculina* (2012), reflete sobre como o mundo social é construído através de uma realidade sexuada, enquanto um depositário de princípios de visão e o que ele chama de "divisão sexualizante" (BORDIEU, 2012, p. 18), referindo-se à designação dos papéis de gênero na sociedade calcadas não somente em valores econômicos, mas também em estruturas que dizem respeito ao corpo e à sexualidade.

Bourdieu, ao fazer essa reflexão, apresenta a relação sexual como um fator social de dominação, pois ela foi construída fundamentalmente a favor do masculino cisgênero, sendo ele visto enquanto o ativo e o feminino edificada para tornar a mulher subordinada à dominação masculina. Dessa forma, a biologia e o corpo viriam a ser um espaço onde a desigualdade entre os gêneros é enraizada e naturalizada, e é através disso que a sustentação do patriarcado se sustenta, revelando-se em diversas estruturas sociais, como afirma o autor:

(...) se inscreve também nos corpos através de injunções tácitas, implícitas nas rotinas da divisão do trabalho ou dos rituais coletivos ou privados (basta lembrarmos, por exemplo, as condutas de marginalização impostas às mulheres com sua exclusão dos lugares masculinos). As regularidades da ordem física e da ordem social impõem e inculcam as medidas que excluem as mulheres das tarefas mais nobres. (BOURDIEU, 2002, p. 26)

As divisões sexuadas contribuíram para a construção dos discursos dominantes e foram se enraizando nas mais diversas esferas sociais, como a designação de papéis aos sexos no espaço público e privado, cerceando a mulher e designando um papel subalterno em relação aos homens. Essa reflexão também foi pautada pela autora Judith Butler, filósofa

pós-estruturalista. Com olhar para teorias feministas na contemporaneidade, ela nos traz em suas discussões aspectos da normatização dos gêneros que petrificam ideais binários, os quais contribuem para a exploração das mulheres na sociedade. A autora descreve a “generificação” enquanto um mecanismo de repetição que atribui aos sexos identidades impostas de acordo com sua genitália, contribuindo para uma série de opressões, ela afirma que:

Gênero é a repetida estilização do corpo, um conjunto de ações repetidas dentro de uma moldura reguladora altamente rígida que coagula ao longo do tempo para produzir a aparência de uma substância de um tipo natural de ser. Uma política genealógica das ontologias do gênero, se bem sucedida, irá desconstruir a aparência substantiva do gênero nos seus atos constitutivos, localizar e responder por esses atos dentro da moldura compulsória definida por variadas forças que policiam a aparência social do gênero. (BUTLER, 1990, p. 33)

Essa genealogia política das ontologias de gênero que Butler anuncia constitui o patriarcado em um sistema ideológico construído desde a Idade Antiga, pensado estruturalmente e politicamente para que a figura masculina ocupe o lugar de dominação. Para Kate Millet (1969), importante escritora da segunda onda do feminismo<sup>2</sup>, o patriarcado é uma instituição que legisla sobre diversos setores da sociedade como na política, nos espaços sociais e familiares. A autora pontua que tal construção é “uma forma de valorização do poder dos homens sobre as mulheres que repousa mais nas diferenças culturais presentes nas ideias e práticas que lhe conferem valor e significado que nas diferenças biológicas entre homens e mulheres” (MILLET, 1969, p. 58).

Essa forma de valorização torna esse sistema de relações de poder operante até mesmo na subjetividade dos sujeitos, tendo os corpos categorizados e diferenciados através de comportamentos socioculturais binários, atribuindo-lhes papéis sociais a serem cumpridos, estabelecendo para o homem uma série de privilégios e posições de poder que colocam as mulheres em um lugar de subalternidade. Tendo isso posto, é dentro dessas concepções que este trabalho buscará tentar analisar e identificar a mulher enquanto sujeito subalterno dentro da obra de Margaret Atwood, bem como na

---

<sup>2</sup> A segunda onda do feminismo foi marcada pela reivindicação das mulheres com o viés político, em meados dos anos 50 até os anos 90 do século XX. Naquele momento as mulheres feministas começaram a focar nos estudos sobre a condição de ser mulher e construíram a teoria-base sobre a opressão feminina na sociedade. Essa discussão epistemológica acerca do gênero introduziu uma fase importante para as mulheres, no sentido de luta pelos direitos reprodutivos e discussões sobre a sexualidade.

sociedade brasileira. Importante dizer que nos filiamos as concepções de Gayatri Spivak, em seus estudos sobre subalternidade no pós-colonialismo, onde ela descreve a subalternidade enquanto “as camadas mais baixas da sociedade, constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante”. (SPIVAK, 2010, p. 12).

## **SEGUNDA PARTE**

### **1 SOBRE A OBRA: O CONTO DA AIA, DE MARGARET ATWOOD**

Em abril de 2017, a primeira edição do livro *The handmaid's Tale*, na tradução, *O conto da aia*, *best seller* da autora canadense Margaret Atwood, chega pela primeira vez ao Brasil, sendo traduzida por Ana Lúcia Deiró e publicado pela editora Rocco. O livro, por sua vez, foi lançado originalmente em 1985, no país de origem da autora. Desde seu lançamento, ele ocupa um bom lugar aos olhos da crítica, levando dois prêmios no mesmo ano de publicação, o prêmio canadense *Governador General's Award* e o *Arthur C. Clarke Award*, conceituado prêmio de ficção científica britânico.

Margaret Eleanor Atwood, aos 80 anos, já escreveu cerca de 60 livros e que foram traduzidos para mais de 20 países; reconhecida internacionalmente, Atwood é romancista, ensaísta, roteirista, contista e poetisa, e foi, inclusive, agraciada pela Ordem do Canadá, uma apreciação da mais alta distinção de seu país.

O universo criado por Atwood já foi adaptado para diversos gêneros, como para o cinema da Alemanha em 1990, com o filme *The handmaid's Tale* do diretor Volker Schlöndorff, e nos anos 2000, Poul Ruders e Paul Bentley, ambos compositores, produziram um álbum de ópera inspirado na obra, estreando no Teatro Real de Copenhaga e as apresentações se estenderam a Londres e Toronto junto a *English National Opera*.

Já em 2017, quando a tradução do romance chega ao Brasil, a sua adaptação para o formato em seriado é lançado pela plataforma de *streaming Hulu*, o que torna a obra novamente popular ao redor do mundo,

principalmente, tendo em vista o seu caráter semelhante a vivências reais de mulheres no mundo. A adaptação em série foi indicada a diversas premiações, tendo ganho um *Emmy Award* e dois Globos de Ouro no ano de seu lançamento. Após esse *boom* ocasionado pela nova adaptação, o livro chegou a ser um dos títulos mais lidos da Amazon por dois anos consecutivos.

Em 2019, a autora canadense Renée Nault lança sua adaptação em novela gráfica intitulada *A História de Uma Serva*, e não para por aí, a própria autora Margaret Atwood, além de participar da construção dos roteiros para a série da empresa *Hulu*, no ano de 2019, lançou um novo romance, *The Testaments*, que é organizado enquanto continuação do *O conto da aia*, se passando 15 anos após os acontecimentos do primeiro livro.

## 2 A REPRESENTAÇÃO DA SUBALTERNIDADE DA MULHER NA OBRA LITERÁRIA

*“ O Comandante dá continuidade ao serviço dizendo [...] - Mas não tolerarei que uma mulher ensine, nem que usurpe a autoridade do homem, apenas que se mantenha em silêncio.”*

*Margaret Atwood*

A representação da subalternidade da mulher em *O conto da aia* se dá de maneira gradativa. No livro somos apresentados a um Estados Unidos da América do futuro, devastado pela guerra e pela radiação, onde um golpe de estado acaba instaurando uma ditadura autocrática e teocrática no país. Esta nova república passa a ser chamada de Gilead. Tendo esse governo assumido o poder com fortes preceitos religiosos, toda organização social passa a obedecer às normas ditadas pelo cunho religioso e é aí que os direitos das mulheres passam a ser questionados.

Antes do golpe acontecer, a taxa de natalidade caiu drasticamente ao redor do mundo e muitas mulheres se tornaram inférteis, apesar de não ficar evidente no romance quais seriam as razões para que esse fato tenha ocorrido, o novo governo instaurado afirma que foi devido às fortes mudanças climáticas, pelos efeitos da guerra e a radiação, porém, em meio a essa crise, muitos religiosos e políticos criaram o imaginário de que o fato de as mulheres

possuírem autonomia para trabalhar e decidir sobre os próprios métodos contraceptivos poderiam ser o motivo da situação em que o mundo se encontrava. Este imaginário social que coloca a mulher vítima na posição de responsável pelas mazelas que sofrem é presente na realidade das mulheres ao redor do mundo e foi representada em diversos graus no romance de Atwood, inicialmente pela propaganda do governo e posteriormente nas mudanças das legislações e revogação das leis de proteção às mulheres.

Nesse momento de crise política é que se inicia o processo de formação de Gilead. O Presidente e o Congresso são assassinados coletivamente em um atentado e, dessa maneira, o exército declara estado de emergência. O inimigo ainda é desconhecido. Mas logo a Constituição viria a ser suspensa e um processo de censura se iniciaria em jornais, rádios e tv.. Até mesmo a circulação de pessoas nas ruas passa a ser monitorado, sendo necessária a identificação em todos os lugares, sob o forte argumento de segurança.

Conseqüentemente, as mulheres perdem suas contas bancárias, cartões de créditos, dinheiro e são obrigadas a transferir todo seu patrimônio para maridos ou parentes homens mais próximos. O seu poder econômico lhes é ceifado. Logo toda população feminina é proibida de trabalhar, ler, escrever e até o uso do próprio nome torna-se proibido. E então, um processo de separação em castas é iniciado, para que toda a subjetividade seja neutralizada, impondo à mulher o lugar de corpo-objeto, o de sujeito subalterno.

Nas castas em Gilead, os homens foram divididos em: Comandantes, o cargo mais alto dessa organização social. Os Guardiões, soldados que trabalham em postos de identificação e para os Comandantes; e os Olhos, que seriam a força militar incumbida de torturar e matar qualquer um que se coloque contra a moral imposta. Já a separação das castas entre as mulheres deixa evidente que para o funcionamento dessa teocracia é necessário que as mulheres sejam seres assujeitados.

A separação entre as mulheres é: as Aias, que são mulheres que ainda são férteis e que passam por um processo de tortura e lavagem cerebral e são obrigadas a ter relações sexuais em rituais religiosos com os Comandantes, tendo que gerar e parir filhos para a família destes homens. As Tias, que seria o cargo mais alto que uma mulher poderia ocupar nessa sociedade, elas são



incumbidas de ensinar as Aias a serem submissas e discretas através de uma doutrinação religiosa e também da tortura; as Tias são as únicas mulheres que possuem permissão para ler. As Marthas, são responsáveis pelo trabalho doméstico nas casas dos Comandantes, geralmente são mulheres mais velhas e que não podem mais ter filhos. As Econoesposas, que são esposas de alguns Guardiões e trabalhadores comuns. E, por fim, as Esposas, casadas com os Comandantes, responsáveis de fazer parte da manutenção das opressões perpetradas contra outras mulheres, mas que ainda são vítimas do sistema que foi criado para oprimi-las.

Porém, neste universo não só a mulheres sofrem com a violência opressiva do estado mas qualquer pessoa que se coloque insubmissa às normas impostas podem sofrer retaliações, como médicos que praticavam aborto legal, padres que pregavam religiões distintas da dominante, pessoas LGBTQIA+<sup>3</sup>, etc. Entretanto, assim como afirma Gayatri Spivak, no livro *Pode o Subalterno falar* (2010, p. 67), apesar de outros grupos sociais se encontrarem em situação de opressão, a mulher ainda assim se encontrará em um local ainda mais obscuro, dada a natureza de sua opressão, ao ser duplamente oprimida “pela violência epistêmica do imperialismo, já apontada aqui, e pela dominação masculina conservada pela construção de gênero” (SPIVAK, 2014)

A dominação sobre todas as mulheres é presente em todo livro, assim como a construção do lugar de subalternidade, em especial com as Aias, já que suas vidas são resumidas a sua capacidade de gerar filhos. O nome delas reflete esse lugar ao qual são destinadas, como o nome que é destinado à narradora principal na obra, *Offred*, em inglês “Of” significa a preposição De, Fred é o nome do Comandante, De Fred, simbolizando nessa materialização o lugar do objeto possuído, nesse aspecto, ao tirar a humanidade dessas mulheres, toda violência contra elas e seus corpos tornam-se justificáveis.

---

<sup>3</sup> Sigla para identificar pessoas dentro da comunidade LGBTQIA+: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Queer, Intersexual, Assexual e mais.

## 2.1 A construção da subalternidade da mulher no Brasil

*“A caça às bruxas nunca terminou, mas as mulheres também nunca deixaram de resistir.”*

*Silvia Federici*

Nas últimas décadas no Brasil, a discussão em relação ao papel da mulher dentro da sociedade brasileira vem tomando cada vez mais espaço, e de certa forma no mundo inteiro a função social que a mulher ocupa vem se transformando, as mulheres passam a ser desvinculadas da imagem do lar – ainda que não totalmente – e passam a ocupar os postos de trabalho, a política e diversos meios sociais dos quais historicamente foram cerceadas.

Ainda que as mudanças em relação à desigualdade de gênero tenham sido significativas não podemos ignorar que ainda existe um longo caminho a se percorrer para que tal problema social seja, de fato, amenizado ou até mesmo extinguido.

A desigualdade de gênero não ocorreu naturalmente através dos séculos, foi na verdade um projeto político implementado desde o Brasil colonial nos séculos XVI e XIX, advindo da expansão marítima e da lógica mercantilista que estava a ser consolidada na Idade Moderna; as relações de poder criadas frente aos indivíduos também viriam a colonizar duplamente os corpos femininos. Segundo Caio Prado Júnior (1957, p. 25) a colonização viria a ser uma vasta empresa comercial para “explorar os recursos naturais de um território virgem” e, dessa forma, somos apresentados a um princípio econômico, social e político que pode explicar construções sociais como a do patriarcado, que privilegia o homem em detrimento das mulheres.

A consolidação das relações de poder frente aos sexos durante o período colonial se deu em diversas esferas no âmbito social. Segundo Verena Stolke

(1999, p. 18), da Universidade Autónoma de Barcelona, nos primeiros anos de ocupação do território brasileiro, os colonizadores não só apropriaram-se das terras indígenas como submeteram os povos nativos a trabalhos forçados tanto no espaço de produção como no doméstico, e sujeitaram mulheres indígenas e mulheres negras a todas as formas de abuso sexual.

A exploração do corpo feminino, de certa forma era vista como a exploração da terra, como nos apresenta Sandra Regina Goulart de Almeida (2007, p. 462) em seus estudos sobre análise de figuras e mitos literários, onde ela exemplifica a forma como a terra a ser explorada foi idealizada no imaginário europeu como “emblematicamente representada como uma mulher bela, sedutora e atraente, cobiçada por seus dotes promissores e beleza exótica” e conclui que o território que viria a ser explorado era visto essencialmente como forma feminina “como uma terra virgem a ser descoberta, explorada, possuída e usurpada”.

Esse paralelo entre a natureza e o feminino constrói a ideia de vulnerabilidade, algo que é passível de exploração e de posse, dando ao homem conquistador duas matérias de cobiça: a terra e a mulher. E diversos pesquisadoras(es) trazem esta comparação à tona:

O corpo feminino simboliza, metaforicamente, a terra conquistada ao encontro dos dois mundos por meio de oposições de gênero. Nesse contexto, em um movimento metonímico, possuir a mulher nativa equivaleria a possuir a nova terra recém-revelada aos europeus. (ALMEIDA, 2007, p. 462)

Apesar das relações de poder terem sido instituídas com essa configuração, as mulheres ainda que dominadas puderam exercer certa forma de poder durante esse período em relação ao lugar que ocupavam, o lar e a maternidade, assim como afirma Mary Del Priore (1993, p. 28) que a resistência das mulheres “traduziu-se numa forte rede de micropoderes em relação aos filhos e num arsenal de saberes e fazeres sobre o corpo, o parto, a sexualidade e a maternidade”. A autora ainda continua dizendo que era unindo-se aos filhos que as mulheres encontravam uma forma de resistir à dor, ao abandono e a solidão. Confirma a autora:

a prole permitia à mulher exercer, dentro do seu lar, um poder e uma autoridade dos quais ela raramente dispunha no mais da vida social.

Identificada com um papel que lhe era culturalmente atribuído, ela valorizava-se socialmente por uma prática doméstica, quando era marginalizada por qualquer atividade na esfera pública (DEL PRIORE, 1993, p. 18)

Portanto, era dessa forma que as mulheres encontravam alento para tudo que lhes foi negado, visto que foram controladas e receberam um papel a desempenhar, o de reprodutoras e o de responsáveis por difundir os valores que eram de interesse dos colonizadores para a colonização. Este processo de normatização e poder em relação a mulher também foi endossado pela Igreja e pelas declarações médicas da época.

Uma questão imprescindível de ser pensada é que essa rede de micropoderes apontada por Del Priore em relação à maternidade ainda se reservava apenas para as mulheres brancas tendo em vista que as mulheres indígenas e negras se encontravam em uma posição ainda mais subalterna. De acordo com Angela Davis (2016, p. 25) “na verdade, aos olhos de seus proprietários, elas não eram realmente mães, eram apenas instrumentos que garantiam a ampliação da força de trabalho escrava”, ou seja, a maternidade para essas mulheres significava a geração de mais mão-de-obra escrava para o senhor de escravos.

Ainda que tenhamos, na atualidade, avançado em diversos aspectos para equiparar a desigualdade de gênero, não podemos negar que essas construções se deram historicamente no passado, segundo Del Priore cita:

Os comportamentos femininos não podiam ser dissociados de uma estrutura global, montada sobre uma rede de tabus, interditos e auto constrangimentos sem comparação com o que se vivera na Idade Média. Adestrar a mulher fazia parte do processo civilizatório e, no Brasil, este adestramento fez-se a serviço do processo de colonização (DEL PRIORE, 1993, p. 27)

Já no que diz respeito à maternidade a autora Maria Lúcia Rocha-Coutinho no livro *Tecendo por trás dos panos* (1994, p. 32) declara que o confinamento da mulher à esfera doméstica e à maternidade fez parte deste programa político de dominação das mulheres no Brasil colonial e que, apesar das transformações sociais através dos anos terem sido significativas, o *status quo* das relações de gênero se manteve a serviço do homem, como a autora afirma:

Aos homens passa a caber o espaço público da produção, das grandes decisões e do poder, e às mulheres, é então, atribuída a responsabilidade da reprodução, em todas as suas formas, no seio da família. Seu trabalho como “reprodutora” é naturalizado e à mulher passa a caber a execução e a supervisão de uma série de tarefas conhecidas como “trabalho doméstico” que se realizam no âmbito da unidade familiar. (ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 32)

Além disso, Maria Lúcia Rocha-Coutinho (1994, p. 33) irá ponderar que o papel atribuído à mulher ao longo da história do Brasil marginalizou-a, visto que, como afirma a autora “sua dedicação exclusiva (do sexo feminino) ao trabalho doméstico impede ou dificulta a participação autônoma das mulheres nos espaços públicos, que ficam restritos aos homens, levando-as à marginalidade social”. Dessa forma, cria-se a cultura do homem provedor do lar, as mulheres passam a viver em situação de dependência, enquanto o homem goza de liberdades sociais das quais o gênero feminino passa a ser naturalmente cerceado.

Na atualidade, em diversos aspectos, houve avanços no que diz respeito à caminhada em direção a equidade de gênero, dadas as lutas que vêm sendo travadas pelas mulheres pela conquista de espaço dentro da sociedade. Na década de 30 as mesmas conquistam direito ao voto e, desde então, sua atuação na política vem crescendo, ainda que esse número seja muito inferior aos cargos ocupados pelos homens, pois a ideia da mulher vinculada ao lar vem sendo desmistificada, mesmo que em menor grau. Mas, apesar de esses avanços serem inquestionáveis, ainda há grandes resquícios das violências contra a mulher construídas no “contexto colonial” na contemporaneidade.

Dados apontam que, a cada 15 minutos no Brasil, uma mulher é agredida fisicamente dentro de casa. E que apesar de ocuparem o mercado de trabalho, a jornada dupla que desempenham é quase majoritária, ou seja, o trabalho corporativo e o trabalho dentro de casa. O 13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública divulgado no mês de setembro de 2019 aponta que no Brasil a taxa de mulheres vítimas de estupro e feminicídio aumentou drasticamente no último ano<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Estupro bate recorde e maioria das vítimas é de meninas até 13 anos. Agência Brasil, 2019. (Acesso em:

O avanço do conservadorismo no país vem trazendo, de forma alarmante, essas discussões à tona, visto que a política brasileira vem sendo ocupada por pessoas com ideais religiosos cristãos e evangélicos pentecostais, portanto, tais políticos, muitas vezes, defendem os valores da religião em detrimento aos direitos básicos já conquistados pelas mulheres. Um exemplo disso é o projeto de lei 6055/2013<sup>5</sup> proposto pelo deputado, na época, e agora presidente Jair Bolsonaro no ano de 2013, que propõe revogar a lei que garante o atendimento pelo SUS às vítimas de abuso sexual, com o argumento de que tal lei abriria uma brecha para que o aborto fosse legalizado no país. Essa revogação dificultaria o processo de denúncia visto que atualmente é necessário um laudo médico para comprovar o crime, tal projeto ainda está em tramitação no Senado.

Percebe-se, então, que a construção da mulher enquanto sujeito subalterno foi um projeto político importado e implementado no país durante o período colonial e diversos aspectos culturais e sociais ainda imperam na contemporaneidade. As opressões que as mulheres vivem ainda estão intimamente ligadas a aspectos religiosos conservadores e aos direitos reprodutivos, o que também culmina na luta incessante pela garantia e manutenção dos direitos políticos e sociais já conquistados.

---

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-09/estupro-bate-recorde-e-maioria-das-vitimas-sao-meninas-de-ate-13-anos>).

<sup>5</sup> Projeto de Lei 6055/2013. Câmara dos Deputados. (Acesso em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=586417>)

### 3 A MULHER ENQUANTO PROPRIEDADE NA OBRA LITERÁRIA

*“Tudo o que é silenciado clamará para ser ouvido ainda que silenciosamente.”*

*Margaret Atwood*

É importante dizer que, relativamente ao enredo da obra *O conto da aia*, de Margaret Atwood, antes do golpe que tornou a maioria dos estados dos Estados Unidos em Gilead, as mulheres eram livres e possuíam o direito de decidir sobre os próprios corpos, havia autonomia para o trabalho, podiam decidir se queriam ou não constituir uma família e detinham a liberdade de reivindicar direitos igualitários. Essa era a realidade da narradora principal no romance, Offred<sup>6</sup>, até não ser mais. Porém, a instauração do regime totalitário não se deu naturalmente, de acordo com a personagem:

Nada muda instantaneamente: em uma banheira que esquenta gradualmente, você será fervido até a morte antes que perceba. Havia histórias nos jornais, é claro, corpos largados nos bosques, espancados até a morte ou mutilados, interferidos como costumavam dizer, mas elas eram sobre outras mulheres e os homens que faziam tais coisas eram outros homens. Nenhum deles era os homens que conhecíamos. As histórias de jornal eram como sonhos para nós, pesadelos sonhados por outros. Que horrível, nós dizíamos, e elas eram, elas eram horríveis sem serem críveis. Elas eram muito melodramáticas, elas tinham uma dimensão que não era a dimensão de nossas vidas”. (ATWOOD, 2017, p. 71)

Dessa maneira, é possível identificar que na realidade anterior ao golpe já existiam vestígios que anunciavam o que estava por vir. Mas isso não significa que não houve resistência à essa nova ordem vigente. Houveram algumas passeatas, porém, o poder repressivo do estado estava tão forte que a violência perpetrada contra as manifestações acabaram por cessá-las. Após a instauração do regime qualquer tipo de manifestação viria a ser proibida.

O processo de transformação da mulher em um objeto a ser possuído é apresentado de maneira gradual na obra. Inicialmente quando ocorre a despersonalização desses sujeitos, lhes tirando o direito ao próprio nome, revogando o poder econômico ao proibir as mulheres de trabalhar ou de

---

<sup>6</sup> Chamarei a personagem principal pelo nome que foi designado à ela pelo estado teocrático, pois o seu nome verdadeiro não foi revelado no romance.

possuírem qualquer poder aquisitivo, seja dinheiro ou propriedades tendo esses bens transferidos automaticamente para o marido ou parente homem mais próximo. Assim como a narradora nos conta “Eles congelaram as contas, disse ela. [...] Qualquer conta com um F em vez de um M. Tudo que precisaram fazer foi apertar alguns botões. Estamos deserdadas. Confiscaram tudo.” (ATWOOD, 2017. p. 214).

Nesse governo fundamentalista, a liberdade religiosa também é proibida, considerando todos aqueles que não se convertiam à tal seita, inimigos do Estado e condenando-os à pena de morte. E as mulheres, em especial, sofrem duplamente essa violência pois tem o direito ao próprio corpo negado e são destinadas a funções específicas para trabalhar na manutenção dessa doutrina teocrática. As Aias são destinadas ao “Centro de Reeducação Raquel e Lea”, chamado pela narradora de Centro Vermelho, este lugar garante que as mulheres que ainda são férteis tornem-se submissas através de um treinamento que envolve doutrinação, punição e tortura para que toda a possibilidade de resistência seja nula. É neste Centro que elas recebem a doutrinação imposta pelos Filhos de Jacó.

No Centro Vermelho as Aias aprendem que as mulheres são culpadas pelos estupros que já sofreram e são obrigadas à culpabilizar umas às outras: “Mas foi culpa de quem? Tia Helena pergunta, apontando um dedo gordo. Culpa dela, culpa dela, culpa dela nós entoamos em harmonia”. (ATWOOD, 2017, p. 82). Além disso, é nesse lugar que elas são ensinadas a serem silenciosas, e a não apresentar nenhum tipo de resistência dentro das casas a que serão destinadas, outra função a elas incumbida é respeitar ao máximo as Esposas, porque de acordo com as Tias elas são as mulheres derrotadas (ATWOOD, 2017, p. 56) insinuando que as Aias usufruíam de algum privilégio dentro desse sistema por serem férteis.

No Centro Raquel e Lea, elas são doutrinadas para performar o ritual de “cerimônia”, termo que define o “ato sexual” entre o Comandante e a Aia, que tem como objetivo a fecundação para gerar uma nova criança. É importante dizer que a sociedade de Gilead é pautada pela utilização de trechos de textos bíblicos. E a cerimônia também, ela utilizará da Bíblia, em especial do livro de Gênesis para justificar o sadismo do ritual:



Vendo que não dava filho a Jacó, Raquel ficou com inveja de sua irmã e disse a Jacó: “Ou você me dá filhos ou eu morro”. Jacó ficou irritado com Raquel, e disse “Por acaso eu sou Deus para lhe negar a maternidade?” Raquel respondeu: “Aqui está minha serva Bala. Una-se a ela, para que ela dê à luz sobre os meus joelhos. Assim terei filhos por meio dela”. Então Raquel lhe dá sua serva Bala como mulher, e Jacó uniu-se a Bala. Bala concebeu e deu à luz um filho para Jacó. (A BÍBLIA, A. T. Gênesis; 1998, p. 43)

Portanto, seguindo tais preceitos, a Aia é submetida mensalmente, durante seu período fértil, à um ato sexual não consentido com o Comandante enquanto se encontra entre as pernas da Esposa e de mãos dadas a ela. É como se neste ritual acontecesse a união dos corpos das mulheres envolvidas, para que o filho gerado pela Aia se torne o filho da esposa. Caso a Aia engravide, ela permanece nessa casa até o período final de amamentação e depois é destinada à um novo Comandante, à uma nova casa, para que experimente todo o processo novamente, porém sendo obrigada a deixar os seus não-filhos para trás.

Neste domínio, em Gilead, a religião é um dos instrumentos mais utilizados para a manutenção da Ditadura, porém, não há menção da existência de um líder específico de tal movimento religioso, por isso é possível concluir que o Estado age politicamente com justificativas religiosas. Não há menção de uma Igreja ligada ao Estado, mas somos apresentados à um regresso do Estado às normas religiosas bíblicas. A religião pode ser interpretada enquanto um instrumento utilizado pelos Comandantes para assumir o poder e implementar a ideologia conservadora. Essa é uma tendência que pode se assemelhar com a situação do Brasil atual, já que o retorno aos valores tradicionais vem sendo amplamente pregado por diversos políticos da bancada religiosa, até mesmo pelo atual presidente do país.

Assim como em Gilead, podemos observar a transformação da religião em um instrumento de mobilização política. Rodrigo Arnoni Scalquette, em seu livro *História do direito: perspectivas histórico-constitucionais*, aponta esse movimento enquanto um Estado Confessional, onde a força política se utiliza de valores, ideias e preceitos religiosos enquanto uma verdadeira “Religião de Estado” (SCALQUETTE, 2013, p. 120).

Um aspecto disso é que as mulheres, na narrativa do livro distópico, são proibidas de fazer qualquer tipo de leitura. Porém, a leitura da Bíblia é proibida para todos, exceto aos comandantes. Dessa maneira, sendo a Bíblia a

Constituição de Gilead, quem possui acesso à ela é quem pode controlar o Estado, por isso, as pessoas têm acesso somente à interpretação que o Comandante cria para Constituição mas nunca ao texto em si. Assim como Offred nos diz “É um instrumento incendiário: Quem sabe o que poderíamos fazer com ela, se um dia conseguíssemos pegá-la? Podemos ouvir dela, mas não podemos lê-la”. (ATWOOD, 2017, p. 98)

Apesar disso, Offred, por ter sido uma redatora antes do regime totalitário, se recorda de trechos da bíblia que são utilizados para comandar a nova ordem social, e sabe que eles são utilizados para justificar a violência estatal de uma forma distorcida. Por isso as pessoas são cerceadas ao acesso à tal “documento”, porque ao tolher as pessoas ao conhecimento, torna-se mais fácil impor qualquer tipo de lei. Assim, o texto que originalmente dizia ““todos os que abraçaram a fé eram unidos e colocavam em comum todas as coisas; vendiam suas propriedades e seus bens e repartiam o dinheiro entre todos, conforme a necessidade de cada um” (A BÍBLIA, N. T. Atos dos Apóstolos. 1998, p. 1393) é distorcido para que signifique que cada mulher com a capacidade reprodutiva deve se submeter à um “serviço” para os homens que não possuem uma esposa com a mesma habilidade (ATWOOD, 2017, p. 114).

Até aqui podemos observar que existem diversos poderes que transformam as mulheres em objetos a ser possuídos, através do tolhimento dos direitos básicos, livre arbítrio, individualidade, poder aquisitivo, sua classificação enquanto mero objeto dos chefes de Estado. Tudo sob um pretexto do bem comum, pelo bem da fé. A outra forma que podemos observar é através do encarceramento não só do corpo mas também da mente. No livro as mulheres são submetidas à um intenso controle, são constantemente vigiadas, quando não pelos Guardas da Fé ou Olhos<sup>7</sup>, são vigiadas por outras Aias ou por si mesmas.

---

<sup>7</sup> Guardas da Fé ou Guardiões são uma classe em Gilead que opera enquanto uma força policial. Eles trabalham enquanto soldados pessoais, guarda-costas e servos de comandantes. Já os Olhos de Deus são a polícia secreta da República de Gilead, responsável por manter a lei e erradicar os infiéis e traidores.

O Muro é, talvez, uma das formas de representação direta da punição destinada aos “pecadores”, infiéis ou traidores<sup>8</sup>, pois quando eles não são enviados para as Colônias<sup>9</sup>, o Muro é destino final, onde tais pessoas são encapuzadas, enforcadas e expostas para que todos possam ver o destino de alguém que não é perdoado por suas transgressões. Em diversos momentos as Aias procuram ver quem está pendurado nesse local, para identificar alguém conhecido.

Há três novos corpos no Muro. Um é de um padre, ainda vestindo a batina preta. A batina foi posta nele para o julgamento, embora tenham desistido de usá-las há anos, quando as guerras entre as seitas começaram. Os outros dois têm cartazes púrpuras pendurados ao redor do pescoço: Traição por Falsidade de Gênero. Seus corpos ainda estão vestidos com os uniformes dos Guardiões. (ATWOOD, 2017, p. 55)

Judith Butler, no livro *A vida psíquica do poder: Teorias da sujeição*, observa como os corpos reagem às diversas formas de opressão “o poder age não só sobre o corpo, mas também dentro do corpo em que o poder não só produz os limites do sujeito, mas também permeia sua interioridade” (BUTLER, 2017, p. 96.)

Nós podemos observar esse processo de instalação do poder até mesmo na subjetividade do sujeito quando Offred se desliga das experiências reais e é transportada para as memórias de antes do regime, de quando era livre, tinha um marido, uma filha e um emprego. Porém, vemos uma interrupção dessas memórias quando ela percebe que é perigoso para ela se lembrar do passado enquanto experimenta todas as privações. A constante vigilância do Estado permanece em seu subconsciente garantindo que sua história seja sempre interdita. “[...] A República de Gilead, dizia Tia Lydia<sup>10</sup>, não conhece fronteiras. Gilead está dentro de você.” (ATWOOD, 2017, p. 34)

E, por fim, uma das formas que complementam a materialização da construção da mulher enquanto propriedade na Obra é a despersonalização do

---

<sup>8</sup> Padres de outras religiões como Batista, Quackers, etc. Cientistas. Pessoas LGBTQIA+ consideradas Traidoras do Gênero, Médicos que praticavam o aborto legal e qualquer um que não siga as regras sociais impostas. (ATWOOD, 2017, p. 45)

<sup>9</sup> As Colônias são extensas áreas poluídas pela radiação, lugar esse para onde as pessoas consideradas “traidoras” são enviadas para limpar o lixo tóxico até a morte.

<sup>10</sup> Tia Lydia é uma instrutora e guardiã brutal do Centro Vermelho, é responsável pela doutrinação das Aias e é incumbida da supervisão de comportamento delas em seus novos postos de “trabalho”.

sujeito, o apagamento da identidade e subjetividade das mulheres. Onde para cada Casta a qual são destinadas há um tipo de vestimenta padrão. As Esposas serão identificadas com vestes azuis (inspiradas nas vestimentas da Virgem Maria). Tais vestimentas só mudam quando se tornam viúvas, onde passam a vestir preto. As Filhas da classe dominante usam branco até seu casamento (arranjado pelos pais). As Tias usam vestes verdes sempre acompanhadas de um cinto com bastão de choque. Já as Aias utilizam a vestimenta mais emblemática, uma bata vermelha como sangue puro, que cobre todo o corpo, significando a vida. O único item que utilizam que não é vermelho é a touca branca, que não lhes permite ver além do que está na frente e também não permite que outros vejam seus rostos. Além disso, elas são marcadas a ferro quente nos tornozelos, o que serviria como identificação para as mulheres férteis.

Um conceito que pode explicar a importância da despersonalização do sujeito no processo de dominação masculina é o que a Djamila Ribeiro traz em seu livro, *O que é lugar de fala*, onde ela faz uma reflexão sobre o conceito do *Outro* discutido inicialmente pela filósofa Simone de Beauvoir, onde diz-se que a mulher não é pensada a partir de si, mas sempre em comparação ao homem, como se a mulher estivesse sempre em oposição ou falta, aquela que não é o homem. A autora afirma:

[...] a relação que os homens mantêm com as mulheres seria esta: da submissão e dominação, pois estariam enredadas na má fé dos homens que as veem e as querem como um objeto. A intelectual francesa Simone de Beauvoir mostra, em seu percurso filosófico sobre a categoria de gênero, que a mulher não é definida em si mesma, mas em relação ao homem e através do olhar do homem. Olhar este que a confina num papel de submissão que comporta significações hierarquizadas. (RIBEIRO, 2017, p. 21)

No romance *O conto da aia*, a mulher é justamente jogada na posição do Outro. E é dentro dessa condição introjetada pelo homem que a mulher enquanto objeto é germinada. A autora Djamila Ribeiro completa: “Uma cadeira, por exemplo, serve para que a gente possa sentar, uma caneta, para que possamos escrever. Seres humanos não deveriam ser pensados da mesma forma, pois isso seria destituir-lhes de humanidade” (RIBEIRO, 2017, pag. 22); entretanto, como as leis e regras representadas na obra de

Margaret Atwood são pensadas e criadas por homens, as mulheres vão ser colocadas exatamente nesse lugar, do Outro, de objeto a ser possuído.

### 3.1 A mulher enquanto propriedade no Brasil

*“Em quase todas as sociedades os homens, sem dúvidas, detiveram alguma autoridade sobre as mulheres, possuindo direitos culturalmente legitimados para exercer sua opressão sobre elas.”*

*Maria Lúcia Rocha-Coutinho*

Assim como a construção da subalternidade, a mulher enquanto propriedade também fez parte do projeto político de dominação masculina dentro do Brasil. Tal dominação foi orquestrada politicamente nos mínimos detalhes. Tomamos como exemplo, a Constituição do Brasil Imperial de 1824, que em seu texto não trouxe nenhuma menção aos direitos das mulheres. Isto posto, podemos pensar a Constituição enquanto um documento essencial que reflete os valores sociais imprescindíveis dentro de uma sociedade civilizada, nela podemos encontrar os anseios e demandas sociais de cada época. Porém, mesmo que tal texto se cale ou seja omissivo perante a algum fato social, ainda assim ele produz efeitos. No sentido de que, se não haviam demandas pelos direitos femininos em 1820, não significa que as mulheres não necessitassem de ter os seus direitos reconhecidos, sendo assim, a mulher estava implicitamente cerceada da participação social e política e a dominação masculina através do aparelho do Estado decidiu excluí-las dos documentos oficiais.

É importante ressaltar que em 1820, junto à Revolução Industrial, movimentos feministas começavam a efervescer na Europa, entretanto, causando pouco efeito no país brasileiro da época, visto que, o conservadorismo português ainda detinha grande influência no país e por isso apartou-o das questões que repercutiam na Europa. Ou seja, a mulher continuava ocupando seu papel confinada à esfera familiar. Esse fato cultural

manteve-se na segunda Constituição da República do Brasil em 1891, até mesmo em sua Reforma de 1926, todavia, dado ao avanço das discussões até tal momento, a omissão do texto constitucional aos direitos das mulheres passou a ser questionada, até mesmo judicialmente. Mas foi apenas em 1932, através do decreto nº 21.076, que foi instituída ao Código Eleitoral, o concedimento do direito de voto às mulheres. Dessa forma, elas passam a poder pleitear o direito de ocupar cargos políticos, como vereadora, prefeita, deputada, senadora, etc.

Por conseguinte, na Constituição de 1946, após diversos conflitos-chave que resultaram em diversas mudanças sociais ao redor do mundo, como a Segunda Guerra Mundial, já podemos observar alguns avanços no reconhecimento dos direitos das mulheres no âmbito do trabalho, já mencionando no texto diretrizes para garantir o salário igualitário para ambos gêneros.

Apesar da Constituição de 1967 e Emenda Constitucional nº1 de 1969, não trazer muita novidade no que diz respeito à menção desses direitos, esse período foi marcado por repressão e retorno do discurso conservador imperialista, religioso e bélico ao país. Durante a Ditadura Militar, o discurso da extrema direita trouxe novamente a tentativa de enclausurar a mulher ao lar e através do Código Civil ainda colocavam as mulheres enquanto dependentes dos homens, reservando a tomada de decisão à eles. Entretanto, de acordo com Maria Amélia de Almeida Teles, no livro *Breve História sobre o feminismo no Brasil*, as mulheres foram parte fundamental no combate ao obscurantismo instalado no país, como afirma a autora:

As mulheres foram as primeiras a entrar em cena. Algumas saíram à procura de parentes presos ou desaparecidos políticos, filhos, irmãos ou maridos, companheiros ou namorados. Outras tantas participaram das organizações clandestinas, dispostas a lutar ombro a ombro com os homens pela libertação do país. (TELES, 1993, p. 53)

Não obstante as crescentes reivindicações, até a Constituição de 1986, a construção de tal documento ainda se dava com pouca participação feminina, dessa forma, as diretrizes ainda privilegiam os homens em detrimento das mulheres, tendo em vista a autoria majoritariamente masculina. Norberto Bobbio (2004, p. 140), filósofo político, em seu livro *A era dos Direitos*, reflete

que “o retorno a velhos temas que pareciam esgotados não é nem uma reexumação, nem uma repetição. Os problemas nascem quando certas condições históricas os fazem nascer, e assumem em cada oportunidade aspectos diversos, adaptados às circunstâncias” ou seja, a escassa ocupação das mulheres nos cargos políticos resultou em um terreno fértil para que os homens ainda mantivessem o *status quo* das relações de poder dentro da sociedade.

Concomitante à construção e revisão da Constituição Federal, o Código Civil foi passando por diversas mudanças significativas. E é na atual Constituição Federal, datada em 1988, que ocorre uma das maiores reformas ocorridas dentro do Direito de Família. Diversos aspectos jurídicos que dispunham sobre a família e que ainda colocavam a mulher na posição de propriedade do homem são reformulados. Ainda que a igualdade de todos perante a lei (art. 5<sup>a</sup>) já havia sido consagrada desde 1937, pela primeira vez a igualdade entre homens e mulheres é enfatizada, em direitos e obrigações (inc. I do art. 5<sup>o</sup>). Além disso, ineditamente, o documento estabelece e assegura o objetivo fundamental do Estado promover o bem à todos, sem preconceito de sexo (inc. IV do art. 2<sup>o</sup>).

Outro marco importante foi a mudança no conceito de família, que dentro da Constituição passou a ter um trato igualitário. Ou seja, a entidade familiar não seria mais reconhecida apenas em função do casamento. Apesar das mudanças históricas em tal documento, os dispositivos legais ainda representam grande ameaça ao mantimento das novas diretrizes. Tendo em vista que o Código Civil ainda mantinha assertivas em relação aos deveres do marido (art. 233 a 239) e da mulher (art. 240 a 255). como no art. 233 “o marido é o chefe da sociedade conjugal, função que exerce com a colaboração da mulher (...). Compete-lhe: inc. I – a representação legal da família; inc. II – a administração dos bens comuns e dos particulares da mulher (...); inc. III – o direito de fixar o domicílio da família (...); inc. IV – prover a manutenção da família (...)”. Ainda colaborando com a ideia de que o homem é o chefe provedor da família.

Embora tenham havido diversos avanços na legislação brasileira no que diz respeito aos direitos femininos, dada importante luta das mulheres ao longo

da história, contudo, na atualidade, seus direitos são constantemente ameaçados pela expansão do discurso conservador no Congresso Nacional<sup>11</sup>. A ala religiosa tem ocupado cada vez mais espaço e, em vista disso, propostas que ameaçam a autonomia das mulheres ganham força a cada dia. O discurso religioso político recupera preceitos civilizatórios antigos, e por isso, carrega em seu efeito de sentido a imposição de como cada gênero deve se comportar socialmente, ou seja, a mulher atrelada ao trabalho doméstico e o homem provedor. Bourdieu caracteriza esse comportamento enquanto “violência simbólica”:

(...) é enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os sistemas simbólicos” cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuem assim, segundo a expressão de Weber, para a “dominação dos dominado. (BOURDIEU, 1999, p.11)

Ou seja, políticos religiosos utilizam de tal discurso dominante para manter as opressões de gênero vigentes dentro da sociedade, inclusive utilizando-se de dispositivos legais para tal feito. Uma das discussões que mais representam o retrocesso das políticas religiosas no país, são as leis dos direitos reprodutivos, onde é criminalizada a prática de aborto. Atualmente o aborto é permitido em três casos: em decorrência de abuso sexual, anencefalia ou em gravidez de risco à mulher. Entretanto, ainda que existam três exceções na lei, os fundamentalistas religiosos questionam tais permissões, condenando o corpo da mulher a uma gestação contra sua vontade e a humilhação psicológica. A Bancada Religiosa, de acordo com levantamento do jornal *G1*, representa 59% do Parlamento atual, sendo a maioria católicos e evangélicos. Com esse crescimento, sua cartilha conservadora vem sendo implementada, eles conseguiram retirar a palavra “gênero” no Plano Nacional de Educação e realizam audiências e comissões para tentar barrar direitos da comunidade LGBTQIA+ e das mulheres.

---

<sup>11</sup> Em 2018, uma pesquisa realizada pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) concluiu que o Congresso Nacional atual é o mais conservador dos últimos 40 anos. Acesso em <<https://diplomatie.org.br/o-congresso-mais-conservador-dos-ultimos-quarenta-anos/>> 20 de out. de 2020.



Essa atuação obscurantista é evidente, tendo esse discurso incentivado e inflado para seus seguidores. Essa ideia da mulher enquanto propriedade é disseminada enquanto um plano de governo a ser seguido. Como a Ministra da Mulher, Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, que declarou durante audiência pública na Comissão de Defesa dos Direitos das Mulheres na Câmara que dentro de sua “concepção cristã” a mulher deve ser submissa ao homem no casamento. E completou dizendo “Dentro da doutrina cristã, sim. Dentro da doutrina cristã, lá dentro da igreja, nós entendemos que um casamento entre homem e mulher, o homem é o líder do casamento. Então essa é uma percepção lá dentro da minha igreja, dentro da minha fé” (DAMARES, Alves. em Audiência Pública, 2019). Outras declarações retrógradas já haviam sido proferidas pela Ministra, como afirmar, em evento no Palácio do Planalto, em 2019, que o aumento de violência sexual em uma região do Brasil, se daria pela falta do uso de calcinha por parte das mulheres.

É no campo discursivo que criam-se outras formas de opressão, não tão somente através das categorias econômicas, como a tentativa de revogar o direito da mulher à autonomia para o trabalho, mas como afirma Cecília Toledo (2001, p. 30), em *Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide*: “A opressão é um conjunto de atitudes que envolvem também categorias psicológicas, emocionais, culturais e ideológicas” e é através desses diversos dispositivos que o conservadorismo religioso, em um longo processo, irá tentar resgatar morais e costumes que enclausuravam a mulher, objetificando-a e tornando-a propriedade do homem e do estado.

#### 4 A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER REPRESENTADA NA OBRA LITERÁRIA

*“Somos úteros de duas pernas, apenas isso: receptáculos sagrados, cálices ambulantes”*

*Margaret Atwood*

É importante compreender que a violência não é tão somente aquela que talha sob nossa pele, a que nos atinge de forma física. A violência pode ser manifestada das mais diversas formas e aquela que afeta o meio psicológico e também o que está intrínseco a nós, possui um poder limitador e devastador. Portanto, é através do discurso de poder que essa rede se alinhava às camadas sociais, Bordieu (1989, p. 174) define como “poder de fazer ver e de fazer crer”, que seria uma forma de obter a submissão e/ou obediência de forma voluntária. Deste modo, a violência contra as mulheres torna-se coletiva, pois acontece socialmente através da naturalização e legitimação do discurso dominante. Essa força hostil que paira sob o inconsciente das mulheres no romance *O conto da aia* é ilustrada de forma inquietante. E culmina representando o arquétipo, infelizmente, comum, da experiência de ser mulher dentro de uma sociedade patriarcal.

Essa hostilidade agindo no inconsciente fica evidente quando a narradora no romance, Offred, sente e demonstra frustração ao pensar na ideia de não conseguir gerar um filho e cumprir o papel que lhe foi designado dentro da ditadura religiosa. Como quando afirma que “A cada mês fico vigilante à espera de sangue, temerosamente, pois quando ele vem significa fracasso. Falhei mais uma vez em satisfazer as expectativas dos outros, que se tornaram as minhas próprias expectativas” (ATWOOD, 2017, p. 90). Ou seja, a combinação de diversos fatores aliados à constante coerção autoritária sofrida pelas vítimas fazem com que elas encontrem uma forma de subsistir dentro de tal contexto.

Na Ditadura Militar, no Brasil, uma das formas imediatas de repressão por parte do governo golpista foi o controle da palavra, ou seja, para que os ditadores cumprissem seus objetivos ideológicos era necessário que eles

obtivessem autoridade sobre tudo que era produzido dentro das mídias e/ou meios de comunicação disponíveis na época, isso implicou em censura massiva em todos tipos de produções, como na arte, música, cinema, jornal, televisão, rádio, livros e o teatro, um dos mais afetados nesse contexto. Esse domínio também teve como objetivo perpetuar discursos conservadores com estigma social contra mulheres, homossexuais e negros.

No romance de Margaret Atwood não é diferente, o governo não só encerrou o acesso da população a qualquer material midiático como subverteu a verdade do que realmente estava acontecendo no país para que o modelo de controle fosse assim mais efetivo. Michelle Perrot, afirma que “a relação de dominação, neste caso, exerce-se essencialmente através da violência simbólica, quer dizer, através da imposição de princípios de visão e de divisão incorporados, naturalizados, que são aplicados às mulheres e, em particular, ao corpo feminino” (1995, p. 58), diante disso, a doutrinação passa a atuar até mesmo no subjetivo de tais sujeitos.

Contudo, na obra literária, tais formas de violência não partiam apenas dos homens que estavam na posição de poder, mas muitas mulheres foram cúmplices na construção do golpe de estado, bem como, na disseminação dos preceitos religiosos que assolam todos os direitos femininos conquistados. Como o caso de Serena Joy<sup>12</sup>, esposa de um importante Comandante. Antes do regime era cantora e aos poucos foi deixando o trabalho para fazer discursos em prol da religiosidade, como declara Offred: “seus discursos eram sobre sanidade do lar, sobre como as mulheres deveriam ficar em casa. Ela mesma não ficava, em vez disso, fazia discursos, mas apresentava essa sua falha enquanto um sacrifício que estava fazendo pelo bem de todos” (ATWOOD, 2017, p. 58). Não obstante, após o regime totalitário ascender ao poder, com a contribuição de mulheres aliadas a ele, ainda assim, sem exceção, todas foram jogadas no lugar de subalternidade. Mesmo que uma parcela possuía certos privilégios de classe, nenhum deles se compararia ao privilégio de nascer homem.

No romance diversas formas dessa violência são apresentadas, como coersão com ameaça de morte, tortura psicológica e física, etc. Porém, a

---

<sup>12</sup> Serena Joy é esposa de Fred Waterford. A personagem principal, Offred, foi destinada para o posto de trabalho na residência de tal Comandante.

seguir, discorreremos sobre duas representações marcantes: O Centro Vermelho e a Cerimônia.

O Centro Vermelho é um dos primeiros lugares pelos quais as mulheres que ainda são férteis passam a viver. É, literalmente, onde são forçadas a aprender a se portar em sua nova realidade. O local existe sob constante vigilância e é administrado por mulheres chamadas Tias, responsáveis pela doutrina no local. Aqui as Aias aprendem todas as funções que viriam a desenvolver quando transferidas para as residências dos comandantes. Além disso, diariamente passam por sessões ideológicas onde são submetidas a diversas cenas de terror. Suas ações nesse espaço são milimetricamente planejadas, em uma disciplina militar. Qualquer sinal de resistência é punido. Como em um dos casos da doutrina onde as Aias eram obrigadas a ver filmes violentos intitulados “Não-mulheres”:

Eu preferia ver filmes que tivessem danças, cantos [...] mas Tia Lydia não mostrava esse tipo de filme. Por vezes a fita que ela exibia era um velho filme pornográfico dos anos 70 ou 80. Mulheres peladas chupando pênis ou armas [...] Uma vez tivemos de assistir a um, em que uma mulher era lentamente cortada em pedaços, os dedos, os seios retalhados como podadeiras de jardim, o estômago fendido aberto e os intestinos puxados para fora. Reflitam cuidadosamente sobre as alternativas, dizia Tia Lydia. (ATWOOD, 2017, p. 145)

Nesta ocasião, as Tias forçam as mulheres a consumir esse conteúdo para ensiná-las a serem mulheres de “verdade”, acontece que para ser essa mulher, elas precisam tornar-se aquém dos homens, no entanto, sempre em uma posição de inferioridade. O ser “Não-mulher” aqui representa a liberdade, aquela que trabalhava, pesquisava, estudava, se posicionava, usava qualquer tipo de roupa, decidia se queria ou não engravidar. Em Gilead, existem dois lugares de destino para aquelas que são consideradas Não-mulheres: as Colônias, locais tomados por radiação e lixo tóxico, onde são obrigadas a trabalhar até a debilitação total do seu corpo. E o Muro é o destino final, onde seus corpos ficam expostos, pendurados e encapuzados, como um recado para qualquer mulher, como um prenúncio do destino para aquelas que ousarem experimentar algum desvio.

E é no Centro Vermelho que Aias conhecem, pela primeira vez, o que é a Cerimônia e seu papel fundamental para a construção desse “Novo mundo”.

Um ritual criado pelos homens para tornar o ato sexual com mulheres férteis, um rito religioso justificável. Neste ato, além do Comandante e Aia é imprescindível a presença da esposa, através dos preceitos religiosos, ela se transforma em uma espécie de fio condutor do divino, como se, uma vez que o óvulo da Aia seja fecundado, ela, a esposa, se torna a dona daquela gestação.

Serena Joy está posicionada, estendida. Suas pernas estão abertas, deito-me entre elas, minha cabeça sobre sua barriga, seu osso púbico sob a base do meu crânio, suas coxas uma de cada lado de mim. Ela também está completamente vestida. [...] Minha saia vermelha é puxada para cima até minha cintura, mas não acima disso. Abaixo dela o Comandante está fodendo. O que ele está fodendo é a parte inferior do meu corpo. Não digo fazendo amor, porque não é o que ele está fazendo. Copular também seria inadequado porque teria como pressuposto duas pessoas e apenas uma está envolvida. (ATWOOD, 2017, p. 114)

Dessa forma, as Aias cumprem o papel de ser mulher, parte fundamental da construção da teocracia, recebendo a oportunidade de “expiar seus pecados”, uma oportunidade de viver uma vida sem excessos, sem desejos ou identidade. Assim como Vazquez (2019, p. 9) afirma “As Aias eram, portanto, submetidas a estupros consentidos socialmente e santificados em nome de Deus. Estavam ali para cumprir o papel sagrado de uma mulher: dar a vida.”. A violência simbólica e física são elementos constantemente presentes ao longo de toda narrativa, haja vista que, para aquela sociedade essencialmente masculina existir, era necessário que as mulheres fossem lançadas a uma condição de existência sub-humana, precária, limitada e controlada.

#### 4.1 A violência contra a mulher no Brasil

*O agressor repousa... pensa-se vitorioso, deixando a vítima no chão e possivelmente no seu ventre a semente da continuação da humanidade. Humanidade estuprada que guardará as sequelas de violência ao longo de sua história e ao longo de gerações sucessivas. Semente violenta em corpo violentado... Raiva da humanidade depositada em corpo de mulher. Depois, raiva do ventre prenhe de violência. Raiva da criança que não morreu, resignação com o filho ou a filha que venceu a morte, mas que já nasce marcada por um ódio encoberto de cuidado, de tentativas de esquecimento e de mentirosa bondade. Quantos nasceram do estupro, do não desejo, do não amor, da guerra, do acaso e mesmo do ódio? (2010, pag. 173)*

*Ivone Gerbara*

Com esse questionamento forte e potente da autora Ivone Gerbara, damos início a este capítulo. A posição social na qual a mulher se encontra na atualidade não é a mesma posição de um século atrás, nem mesmo da última década. No Brasil, a luta feminina pela manutenção dos direitos através da política e da constituição das leis foi essencial para a construção de um país mais igualitário. Entretanto, apesar disso, ainda não é suficiente para erradicar a violência em razão do gênero. Tomemos como exemplo os dados sobre violência doméstica e feminicídio, no ano de 2020, durante a pandemia de Covid-19: no Brasil, de acordo com pesquisa realizada a pedido do Banco Mundial, através do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), estima-se que tais crimes cresceram em 22,2% no país, concluindo que a cada 9 horas uma mulher é assassinada em razão do gênero, configurando o crime de feminicídio. Porém, a subnotificação impede que estes dados sejam, de fato, completos. Consideramos, dessa maneira, que tal estimativa pode ser ainda maior.

Não podemos falar do aumento da violência contra a mulher na atualidade sem dissociar da situação discursiva e política na qual a América Latina e o mundo se encontram. Nos últimos anos, houve um aumento expressivo no alinhamento aos discursos conservadores atrelados ao conceito de religiosidade. Refletindo sobre a questão específica do Brasil, as eleições de 2018 tiveram uma influência muito grande para esse impacto, tendo em mente a ascensão do político Jair Messias Bolsonaro ao poder, que em seu discurso irreduzível já proferiu afirmações que ferem a Constituição e o Código Civil,

como quando afirmou que as mulheres deveriam receber menos porque engravidam. Em seu discurso, Bolsonaro profere jargões a Deus, ataques à comunidade LGBTQIA+ e já agrediu diversas mulheres, enquanto elas estavam no exercício de seus trabalhos; essa violência que ele perpetra contra as mulheres é a de gênero, como Tomita (2004, p. 175) afirma “A inferiorização das mulheres veiculada por discursos religiosos é uma forma de violência simbólica, implementada através de representações sociais”.

Em 2014, quando o atual presidente ainda era deputado, durante o exercício da função no plenário, ele atacou a colega de bancada Maria do Rosário, afirmando que ela não merecia ser estuprada porque ele a considerava “muito feia”. Neste caso ele foi condenado por ação de danos morais e teve que pagar indenização a ela. Outro caso mais recente, durante o exercício da função de presidente, em 2020, Bolsonaro atacou uma jornalista e foi processado por ofensas de conotação sexual. O discurso do Messias é diretamente alinhavado com os valores retrógrados, atrelado, também com a religiosidade, ele utiliza desses pressupostos na tentativa de resgatar a moral da sociedade brasileira de 1960 - 1970, da Ditadura Militar, onde houve forte tentativa de enclausuramento e silenciamento da mulher dentro da esfera familiar. Um conceito interessante que corrobora com essa afirmação é a de Reich, onde ao fazer uma reflexão sobre os valores do fascismo, afirma que:

[...] a família autoritária apresenta-se como a principal e a mais essencial fonte reprodutora de todo o pensamento reacionário; é uma fábrica onde a ideologia e a estrutura reacionária são produzidas. A “proteção à família”, isto é, à família autoritária e numerosa, é o princípio básico de toda política cultural reacionária. (REICH, 2001, p. 65)

Este conceito de “família autoritária” diz implicitamente o papel que a mulher deve desempenhar enquanto agente do lar. Marga Stroher, no livro *Religiões em diálogo: Violência contra as mulheres*, afirma que quando a religião e os sujeitos religiosos impõem às mulheres esse lugar de subserviência, de passividade e submissão, ela acaba por contribuir “[...] com a produção e reprodução das diversas formas de violências que as acometem. Os discursos religiosos, os textos sagrados e suas interpretações, as práticas de exclusão e discriminação sexista da Igreja em relação às mulheres

colaboram para a manutenção desta violência” (2009, pag. 101), ou seja, esta é uma das instituições que contribuem para a manutenção e mantimento das violências que as mulheres experimentam.

Apesar disso, não é só na fala que o atual presidente autoriza a barbárie, mas também através dos projetos de lei que ele e a bancada religiosa arquitetam. Como quando vetou integralmente o Projeto de Lei - PLC 61/2017 aprovado pelos deputados na forma da PL 2538/2019 - do Congresso Nacional, que estabelecia a obrigatoriedade dos hospitais notificarem a Política Militar, ao sistema de segurança, os casos de mulheres vítimas de agressões e violência. Esta medida não vem sozinha, a atuação de Damare Alves, Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, é fundamental para a continuação da agenda conservadora. No ano de 2019, ela, com o apoio de Bolsonaro, extinguiu diversos comitês de enfrentamento à violência contra mulher. Além disso, os investimentos na Casa da Mulher Brasileira, programa criado para auxiliar mulheres vítimas de abuso sexual, violência doméstica e ameaça, tiveram os investimentos drasticamente reduzidos em 2019.

Essa agenda política do retrocesso não vem sendo conduzida de maneira velada, a violência simbólica se instala também na maneira como as discussões são desenvolvidas. Um exemplo disso é que, recentemente, em julho de 2020, o Brasil assinou a *Declaração Consensual de Genebra*, acordo internacional firmado em parceria com os Estados Unidos, Egito, Hungria, Indonésia e Uganda, que tem como proposta garantir que “em nenhum caso o aborto seja promovido como um método de planejamento familiar.” O documento em questão foi assinado por Damare Alves e Ernesto Araújo, Ministro das Relações Exteriores. A Ministra afirmou que “O texto da declaração assinada consagra a inexistência de um direito à interrupção voluntária da gravidez” (ALVES, In: *Conferência On-line*, 2020).

A declaração focou ainda em reafirmar a "defesa do direito das mulheres" e "preservação da família como núcleo natural e fundamental da sociedade". Esse tipo de posicionamento ataca os direitos fundamentais conquistados pelas mulheres nas últimas décadas, o de possuir o direito ao aborto em três casos através do artigo 128 do Código Penal. Camila Asano, da ONG Conectas, em entrevista concedida a *Globo News*, conclui que tal



iniciativa é grave e constrangedora, além disso, uma violação aos direitos humanos.

Importante ressaltar que o Brasil, de acordo com o 13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, registrou recorde de violência sexual nos últimos anos desde a última eleição presidencial. Foram 66 mil vítimas de estupro no país só em 2018. Este número continuou subindo nos anos seguintes, de 2019 e 2020. Estima-se que as vítimas mais comuns se encontrem na faixa etária de 0 a 14 anos. E as violências partem geralmente de algum membro familiar de confiança, como pai, irmão, tio, avô, etc. Apesar de termos dados concretos da situação alarmante na qual as mulheres e meninas se encontram, o governo segue resistindo e negando as medidas de proteção às vítimas. Formando uma espécie de violência estatal contra esses corpos, quando o governo se utiliza de dispositivos legais para tolher direitos.

Tomo como exemplo, para ilustrar essa violência estatal contra as mulheres, o caso de uma menina capixaba de dez anos, que foi violentada desde os oito anos de idade pelo tio e engravidou em decorrência disso. Este caso acabou vindo a público, em 2020, de forma ilegal após vazamentos dos dados partindo de uma aliada do governo, a extremista neonazista Sara Winter. Mas a questão interessante foi a participação de Damares Alves no caso, onde ela atuou na tentativa de impedir que o procedimento de aborto legal fosse realizado; a Ministra enviou aliados políticos e representantes do Ministério para atuarem no retardamento do procedimento oferecendo benfeitorias ao conselho tutelar local e também na coerção dos familiares da vítima. O caso já está sendo investigado pelo Ministério Público.

Como na distopia de Atwood, é desta maneira que a violência contra as mulheres é mantida, através de um tratado velado entre o patriarcado, capitalismo, religião e ideologia fascista. Uma união das violências simbólicas à força bruta e física, que acaba entrelaçando-se na subjetividade das mulheres e até mesmo dos homens, e que se perpetuam nas relações de gênero. Mia Couto, em entrevista sobre o conceito de Colonização do Pensamento para o canal do *youtube* Fronteiras do Pensamento afirma que:

(...) É preciso descolonizar a política, é preciso descolonizar a economia etc. As formas de relação internacional. Mas quando se trata de descolonizar o pensamento, aí é muito mais complexo porque

essas elites, que digamos, se deixaram assimilar por essas formas de pensamento não querem abdicar disso e encontram nisso uma forma de poder. (COUTO, In: Fronteiras do Pensamento, 2018)

Ou seja, para que a luta contra o conservadorismo no Brasil seja, de fato, efetiva seria necessário combater, também, a colonização não só no âmbito político mas também a do pensamento. Enquanto as ideias forem pautadas através da religião e conservadorismo para discutir os direitos femininos, continuaremos a caminhar rumo ao obscurantismo. O Brasil, por exemplo, de acordo com Observatório Judicial da Violência Contra Mulher, em 2019, ocupava o 5º lugar no ranking mundial de violência contra a mulher. Um dado alarmante. E por isso faz-se necessário refletir sobre o discurso e ações de quem está no poder, no governo atual, existe somente 9% de representatividade feminina e essa pouca participação das mulheres na tomada de decisão culmina em resultados como os que foram apresentados até aqui.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Margaret Atwood afirmou que mulheres do mundo todo, ao fazerem a leitura do livro *O conto da aia* (2017), poderiam pensar que esta obra trata sobre a realidade que elas experimentam em seu país, no Brasil não é diferente. Apesar de nos depararmos com uma narrativa extremada da experiência dessas mulheres, muitos aspectos apresentados nela podem ser identificados em nossa realidade.

Por isso, neste Trabalho de Conclusão de Curso foi necessário contextualizar historicamente a construção das relações de gênero no Brasil, bem como as relações de poder. Para que esse contraponto aproximativo fosse possível, também foi importante olharmos para as teorias que envolvem tal discussão, como a teoria da literatura distópica, Literatura Comparada e o conceito de Mulher enquanto sujeito subalterno. Através da análise comparativa foi possível identificar inúmeros aspectos representados na obra que podem ser aproximados com a realidade das mulheres brasileiras. No entanto, uma questão se manteve latente: como é possível que uma obra escrita na década de oitenta, no Canadá, pudesse representar a vivência de mulheres brasileiras 35 anos após sua data de publicação?

E para pensar sobre esse questionamento, podemos nos remeter diretamente à representação que a distopia ilustra. A literatura distópica tem esse poder de representar sujeitos vivendo em situações de extrema opressão coletivizada; ao nos depararmos com essas histórias, geralmente ficamos em um estado de alerta, tendo em vista que de imediato podemos criar uma associação entre ficção e realidade, identificando diversos elementos que ali são representados em nossa própria vivência cotidiana.

A opressão contra mulher no Brasil não é algo novo, ela foi importada e construída no país desde o período da colonização. Um projeto político que teve por objetivo não tão somente colonizar a terra, mas também os corpos e as mentes dos sujeitos. E as mulheres foram destinadas a um papel de subalternidade em relação ao homem dentro de todas as instituições sociais,

enclausuradas à esfera familiar e vistas essencialmente em função dos seus órgãos reprodutivos. Apesar das constantes transformações sociais que aconteceram no último século e nas últimas décadas, ainda na atualidade o conservadorismo, o discurso de extrema direita aliado à religiosidade, fazem com que as opressões de gênero se mantenham fortemente vigentes até hoje. Por isso, ao fazer a leitura do livro *O conto da aia* (2017) nos sentimos tão próximas daquela narrativa, porque apesar de não vivermos naquela situação de total privação dos direitos, observamos que no romance os direitos não são tolhidos de forma repentina, porém, gradualmente. Assim como o discurso conservador, ele está sempre presente mas ganha tanta força que se infiltra em todas as camadas sociais, ditando novamente a forma como as mulheres devem agir e se portar, sempre pautando tais escolhas aos textos bíblicos.

Por isso quando pensamos na realidade das mulheres brasileiras encontramos tantas evidências que podem ser comparadas à narrativa de Atwood, dado ao crescente questionamento dos direitos das mulheres, aliado a volta do conservadorismo e religiosidade dentro das instituições políticas, e também, a reduzida participação feminina dentro da política partidária, que por sua vez reflete nos números alarmantes de violência contra as mulheres em todas as fases da vida.

A literatura possui o papel de nos apresentar diferentes realidades, em diferentes pontos de vista, fazendo com que nós possamos refletir sobre a nossas próprias experiências e também a de outros. E é por isso que ao fazermos a leitura do livro *O conto da aia* (2017), de Margaret Atwood, experimentamos um sentimento de resistência frente a estas opressões, justamente por identificar no livro tantos aspectos que são vivenciados cotidianamente por nós mulheres dentro da sociedade brasileira.

Dessa forma, finalizamos este estudo evocando o pensamento de Simone de Beauvoir, para que nunca nos esqueçamos que “basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados” (BEAUVOIR, 1967, p. 29). Pois esses direitos nunca foram ou serão permanentes e devemos nos manter vigilantes para o resto de nossas vidas.

## REFERÊNCIAS

A BÍBLIA, A. T. **Gênesis**. In: BÍBLIA; Português. Bíblia Sagrada: Edição Pastoral, São Paulo: Paulus, 1998.

A BÍBLIA, N. T. **Atos dos apóstolos**. In: BÍBLIA. Português. Bíblia Sagrada: Edição Pastoral. São Paulo: Paulus, 1998.

BRASIL. **Constituição da república federativa do brasil**. Diário Oficial da União, 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Decreto Nº 21.076. **Dispõe sobre o código eleitoral**. Diário Oficial da União - Seção 1, Brasília, DF, 24 de fevereiro de 1932.

BRASIL. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Institui o código civil**. Disponível em: <[http:// www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2002/L10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm)> Acesso em: 26 de de outubro de 2020.

ALMEIDA, Sandra Regina Goulart. Mulher indígena. In: BERND, Zilá (Org.). **Dicionário de figuras e mitos literários nas américas**. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

ATWOOD, Margaret. **O conto da aia**. Tradução de Ana Deiró. Rio de Janeiro: Rocco, 2017.

ATWOOD, Margaret. **The handmaid's tale**. Londres: Vintage, 1985.

BERRIEL, Carlos Eduardo Ornelas. **Utopia, distopia e história**. Revista Morus Utopia e Renascimento. n 2, p. 4-10, 2005. Disponível em: <[https://www.unicamp.br/~berriel/arquivos/berriel\\_prod\\_3.pdf](https://www.unicamp.br/~berriel/arquivos/berriel_prod_3.pdf)>. Acesso em: 22 de outubro de 2019.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: a experiência da vida**. Tradução de Sérgio Milliet. 2 ed. Paris, Gallimard,1967.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BOOKER, Keith. **The dystopian impulse in Modern Literature: Fiction as Social Criticism**. Tradução de Taiana Azevedo. Wesport: Greenwood Press, 1994a.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 2. ed. Tradução Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BUTLER, Judith. **A vida psíquica do poder: teorias da sujeição**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CANDIDO, Antônio. **O direito à literatura**. In: Vários Escritos, 1988.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEL PRIORE, Mary (org.) & BASSANEZI, Carla (coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto/Ed. UNESP, 1997.

DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo – condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia**. Brasília: Edunb, 1993.

GEBARA, Ivone. **Quando as mulheres atraem violência**. In: GEBARA, Ivone. Vulnerabilidade, Justiça e Feminismos. Antologia de textos. São Bernardo do campo: Nhanduti, 2010.

MILLET, Kate. **Política sexual**. Tradução de Alice Sampaio. Londres: Virago, 1969.

REICH, W. **Psicologia de massas do fascismo**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. **Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

SCALQUETTE, Rodrigo Arnoni. **História do direito: perspectivas histórico-constitucionais da relação entre estado e religião**. São Paulo: Atlas, 2013.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

STAEL, Mme. **Discours préliminaire a de la littérature considerée dans ses rapports avec les instituições sociales**. ed. erit. de Paul Van Tieghem, t. I, Paris-Genebra, Minard-Droz, 1959.

STRÖHER, Marga J. O que espero da religião? Palavras que me tragam para a vida! Mulheres tomam a palavra sobre religião e o discurso religioso na produção e na reprodução da violência sexista. In: OROZCO, Yury Puello (org.). **Religiões em Diálogo: Violência contra as Mulheres**. São Paulo: Católicas pelo Direito de Decidir, 2009.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **História sobre o feminismo no brasil**. São Paulo. Brasilense, 1993.

TOLEDO, Cecília. **Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide**. São Paulo: Xama, 2001.

VAZQUEZ, Ana Carolina Brandão. **Fascismo e o conto da aia: a misoginia como política de Estado**. In: Revit Katályis, Florianópolis, 2019.

## **Sites**

ALTER, Alexandra. Preocupados com o futuro, leitores recorrem à distopia de obras clássicas. **Gazeta do povo**, 2017. Disponível em: <

<https://www.gazetadopovo.com.br/caderno-g/literatura/preocupados-com-o-futuro-leitores-recorrem-a-distopia-de-obras-classicas-8tfugngqw1d0xvw8qsq34wuo6>>. Acesso em 10 de nov. de 2020.

ATWOOD, Margaret. **Se os EUA tivessem uma ditadura, seria religiosa.** Entrevista concedida a BBC. Cartagena, 9 fev. 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51365712>>. Acesso em: 10 de jun. 2020.

BRASIL, Agência. **Casos de feminicídio crescem durante a pandemia.** São Paulo. 1 de agosto de 2020. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-06/casos-de-feminicidio-crescem-22-em-12-estados-durante-pandemia>>. Acesso em 12 de nov. de 2020.

DAMARES diz que em sua concepção cristã mulher deve ser submissa ao homem no casamento. **G1.** São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/04/16/damares-diz-que-em-sua-concepcao-crista-mulher-deve-ser-submissa-ao-homem-no-casamento.ghtml>>

Acesso em: 18 de out. 2020.

ESTATÍSTICAS - Estupro bate recorde e maioria das vítimas são meninas de até 13 anos. **MPPR.** Paraná. 9 de março de 2020. Disponível em: <<http://crianca.mppr.mp.br/2020/03/233/ESTATISTICAS-Estupro-bate-recorde-e-maioria-das-vitimas-sao-meninas-de-ate-13-anos.html>>. Acesso em: 2 de nov. de 2020.

FIGUEIREDO, Carolina. Com eua e outros países, brasil se une a aliança contra o aborto. **CNN.** São Paulo. 24 de out. de 2020. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/2020/10/24/com-eua-e-outros-quatro-paises-brasil-se-une-a-alianca-contraborto>>. Acesso em: 2 de nov. de 2020.

LIMA, Vanessa. Jair Bolsonaro diz que mulher deve ganhar menos porque engravida. **O Globo.** 23 de fev. de 2015. Disponível em: <<https://revistacrescer.globo.com/Familia/Maes-e-Trabalho/noticia/2015/02/jair-bolsonaro-diz-que-mulher-deve-ganhar-salario-menor-porque-engravida.html>>.

Acesso em 2 de out. de 2020.



MAIORIA na câmara se declara católica e número de evangélicos cresce. **G1**, São Paulo, 27 de set. de 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/11/27/maioria-na-camara-se-declara-catolica-numero-de-evangelicos-cresce.ghtml>>. Acesso em 23 de out. 2020.

PADILHA, Alexandre. Bolsonaro tem obsessão em retirar direitos das mulheres. **Brasil de fato**. São Paulo. 11 de out. de 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/10/11/artigo-or-bolsonaro-tem-obsessao-em-retirar-direitos-das-mulheres-denuncia-padilha>>. Acesso em 12 de nov. de 2020.

PENSAMENTO, F. Mia Couto e A colonização do pensamento. **Youtube**. Produção Telos Cultural. 16 de janeiro de 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CqCIHwtsU90>>. Acesso em 19 de outubro.

RAMALHO, Renan. Bolsonaro vira réu por falar que Maria do Rosário não merece ser estuprada. **G1**. Brasília. 22 de agosto de 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/06/bolsonaro-vira-reu-por-falar-que-maria-do-rosario-nao-merece-ser-estuprada.html>>. Acesso em 2 de out. de 2020.

ZAREMBA, Júlia. Damares extingue comitês de enfrentamento à violência contra mulher e minorias. **Folha do Sul**. São Paulo. 19 de agosto de 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/08/damares-extingue-comites-de-enfrentamento-a-violencia-contramulher-e-minorias.shtml>>. Acesso em 2 de nov. de 2020.